

## AÇÃO AMBIENTAL

Esta edição do **Jornal do Senado** completa um processo iniciado há pelo menos dois anos com o objetivo de passar da mera intenção para a ação ambiental de fato. Nesse tempo, buscou-se a melhor solução técnica para o tipo de material a ser usado pelo jornal. A adoção de papel reciclado na edição semanal, em consonância com o ideal de um futuro melhor para todos, soma-se aos vários passos já dados na mesma direção por outros setores da Casa. Tudo isso com um visual mais leve e agradável.

O editor

# Reciclagem: quando lixo vira matéria-prima

O reaproveitamento de materiais como papel e latas ganha força em face da necessidade de reduzir o lixo e poupar recursos naturais. No Brasil, metade do

papel jogado fora é reciclado. A coleta seletiva do lixo doméstico também é importante para a reciclagem, como mostra o *Especial Cidadania*.

páginas 6 a 9

## agora é lei

### Aula de Música será obrigatória no ensino básico

O ensino de Música será obrigatório na educação básica e média oferecida pelas escolas públicas e particulares. Projeto com a determinação, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi sancionado no dia 18 de agosto.

página 3

## educação

### Cristovam propõe horário integral nas escolas públicas

página 3

## e mais...

### AGENDA

página 2

### VOZ DO LEITOR

### PERGUNTE AO SENADOR

### FRASES

página 15



INRECICLAGEM

Papel coletado para reciclagem: a reutilização evita a derrubada de árvores, poupa água e energia e ajuda a reduzir a poluição urbana

## energia

Nova Lei do Gás contrapõe interesses da União e dos estados

página 11

## memória

Portal e CD-ROM lembram os 20 anos da Constituição

página 13

## tortura

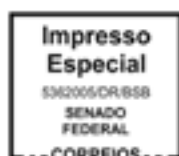
Para juiz espanhol, nem anistia apaga os crimes de regimes ditatoriais

página 12

## ambiente

### Secas ameaçam mudar a face da Floresta Amazônica

página 10





# CPI da Pedofilia convida Skype e CTBC para depor

Representantes dessas empresas devem juntar-se aos das de telefonia, em busca de colaboração para adotarem medidas contra crime na internet

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia aprovou requerimentos convidando os executivos Carlos Pires, da Skype, e Divino Sebastião, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC), para prestarem esclarecimentos ao colegiado.

Os representantes das duas empresas devem juntar-se aos da Telefônica, BrasilTelecom, Telemar, NET e GVT, que foram convidados a comparecer à CPI nesta próxima quarta-feira. Essa audiência faz parte da estratégia adotada pela comissão de buscar a colaboração entre as empresas que atuam na internet para que se adotem medidas que possam conter a prática da pedofilia na rede de computadores.



Romeu Tuma e Demostenes Torres, em reunião da comissão que aprovou ainda requerimento de audiências em João Pessoa, Manaus, São Luís e Belo Horizonte

Outros quatro requerimentos foram aprovados solicitando a realização de audiências públicas em João Pessoa, Manaus, São

Luís e Belo Horizonte a fim de acompanhar investigações de denúncias de exploração sexual de menores.

## Seminário analisa últimos 40 anos

O Senado promove nesta terça-feira o seminário "Brasil: 1968 - 2008", com o objetivo de promover uma reflexão sobre o emblemático ano de 1968, tido como importante ponto de inflexão na história contemporânea.

O evento é parte da programação do Ano Cultural Artur da Távola. Do painel de abertura, que ocorre das 9h30 às 12h30 no auditório do Interlegis, participam a professora de Teoria

Crítica da Cultura Heloisa Buarque de Holanda, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); José Nêumanne Pinto, do jornal *O Estado de S. Paulo*; e os professores David Fleischer e Francisco Doratioto, da Universidade de Brasília (UnB). Doratioto será o moderador. Entre 15h e 18h, participarão dos debates o ex-senador Jarbas Passarinho; Estevão Chaves de Rezende Martins, da UnB; e Carlos Fico, da UFRJ.



## comissões

### Terça-Feira

#### 10h - ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Isenção** - A comissão analisa 14 itens, entre eles projeto de lei que estabelece isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos escolares e alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Outro projeto estende aos representantes comerciais a isenção do IPI na aquisição de automóveis.

#### 10h - MEIO AMBIENTE

**PAS** - Com a subcomissão para acompanhar a crise ambiental na região amazônica e comissão temporária externa criada para verificar risco ambiental em municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a comissão discute com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a questão ambiental brasileira e o Plano Amazônia Sustentável (PAS).

#### 14h - CPI DA PEDOFILIA

**Provedores** - Audiência pública

para apurar a utilização da internet na prática de pedofilia com o diretor-geral do MSN/Hotmail no Brasil, Oswaldo Barbosa de Oliveira, e o presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet), Eduardo Parajo.

### Quarta-Feira

#### 8h45 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Rádiodifusão** - Na pauta, projeto que permite a formação de redes por emissoras de rádiodifusão comunitária localizadas na Amazônia ocidental, para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa. Está ainda incluído projeto de criação de centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior.

#### 9h30 - AGRICULTURA

**Crédito rural** - A comissão vota, em turno suplementar, dois projetos de lei com incentivos à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema de pecuária intensivo; e ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária. Outro projeto concede incentivos especiais ao produtor rural que adotar técnicas de

integração entre lavoura e pecuária.

#### 10h - RELAÇÕES EXTERIORES

**Doha** - Audiência pública para discutir os resultados e a repercussão, para a economia brasileira, da última negociação da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Genebra. Foi convidado para o debate o subsecretário-geral para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Carvalho de Azevedo.

#### 10h - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**OAB** - Com 21 itens na pauta, a comissão examina projeto que acaba com o exame de ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Consta ainda projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal para aumentar as penas dos crimes que especifica e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor.

#### 10h30 - EDUCAÇÃO

**ProUni** - O primeiro projeto a

## Pirataria de filmes e músicas será tema de debate

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou proposta de Expedito Júnior (PR-RO) para realizar debate sobre combate à pirataria na indústria audiovisual.

O assunto é tratado em projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do imposto de importação incidentes sobre CDs e DVDs. O projeto (PLS 210/07) propõe ainda alíquota zero nas contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e para o financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre esses produtos.

Expedito sugeriu convidar a secretária da Receita, Lina Maria Vieira, e o presidente da Agência Nacional de Cinema, Manoel Rangel

## Itamaraty deve explicar posição do país sobre cibercrime

A coordenadora-geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (Cocit) do Ministério das Relações Exteriores, Virgínia Toniatti, será convidada a explicar a posição do Brasil em relação à Convenção sobre o Cibercrime. Requerimento com essa finalidade, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Azeredo quer saber da ministra por que o Brasil ainda não assinou o tratado. Segundo o senador, na maioria das vezes, o país primeiro assina tratados internacionais e, posteriormente, as leis são aprovadas. Nesse caso, já foi acolhida a lei sobre crimes cibernéticos, mas a convenção, celebrada em 2001 pelo Conselho da Europa, assinada por países europeus, Estados Unidos, Canadá e Japão, ainda não tem a participação do Brasil.

### NOVOS MUNICÍPIOS

A votação do texto final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto que fixa regras para a criação de municípios foi marcada para esta semana, após adiamento causado pela ausência do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE). Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou à comissão sugestões para flexibilizar o critério populacional para criação de municípios. A CCJ examina atualmente as emendas de Plenário apresentadas ao texto.

### INTEGRAÇÃO RURAL

A proposta de dar incentivos especiais ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária, prevista em projeto da Câmara (PLC 78/08), será examinada pela Comissão de Agricultura (CRA) nesta quarta-feira. Pelo projeto, cujo relator é Gilberto Goellner (DEM-MT), o produtor rural que optar por essas técnicas terá prioridade na concessão de crédito rural e de benefícios associados a programas de infra-estrutura, tais como de energização, irrigação e armazenagem, entre outros.

## plenário

### Segunda-Feira

14h - Sessão não-deliberativa

### Terça-Feira

14h - Sessão deliberativa

**MPs** - A prioridade é votar seis medidas provisórias que trancam as demais votações. As MPs já foram alteradas pelos deputados e transformadas em projetos de lei de conversão e tratam, entre outros assuntos, de mudanças na legislação tributária federal e de autorização para que a União participe do Fundo de Garantia para a Construção Naval.

### Quarta-Feira

14h - Sessão deliberativa

### Quinta-Feira

11h - Sessão especial

**Fórum** - Os senadores homenageiam o Fórum Social Mundial, que, em janeiro de 2009, se reunirá em Belém, no Pará.

14h - Sessão deliberativa

### Sexta-Feira

9h - Sessão não-deliberativa



## agora é lei

## educação

# Cristovam propõe adoção do horário integral

Pela proposta, *royalties* do petróleo e do etanol financiarão a implementação. Senador também quer criar uma carreira nacional para o magistério

**A** criação de programa federal para implantação de horário integral nas escolas públicas foi proposta por Cristovam Buarque (PDT-DF). A proposição apresentada na última sexta-feira pelo senador também determina a criação da carreira nacional do magistério, definindo direitos e deveres comuns a todos os professores do país.

A mudança para o horário integral, explicou Cristovam, será gradual e poderá levar até 20 anos para chegar a todas as escolas. Conforme a proposta, as medidas deverão ser direcionadas inicialmente para três milhões de alunos, em cidades escolhidas, e paulatinamente estendidas a todo o país. Já a carreira do magistério seria implantada de forma comum a todos os professores do país.

– Existe a carreira nacional para funcionários do Banco do

Brasil, da Caixa Econômica, da Receita Federal, da Polícia Federal. Por que o professor tem uma carreira municipal? Como podemos querer uma igualdade da educação em todo o país se a carreira do professor é diferente, se as verbas e as metas são locais?– questionou.

Para o financiamento do horário integral e de melhorias de infra-estrutura nas escolas, Cristovam sugeriu que sejam usados recursos obtidos com *royalties* do petróleo e do etanol.

Ao elogiar a adoção de piso salarial nacional para os professores da educação básica, estabelecido pela Lei 11.738/08, Cristovam disse que a iniciativa foi um primeiro passo que deve ser complementado por novas

medidas destinadas a federalizar as condições da educação.

### Futebol feminino nas Olimpíadas

O senador também comentou o choro das jogadoras da Seleção Brasileira Feminina de Futebol ao

receberem medalha de prata nas Olimpíadas de Pequim.

– Tirar o segundo lugar entre mais de duzentos países que participam das Olimpíadas não deveria ser motivo de

tristeza, e sim de alegria. No entanto, deveríamos chorar por termos sido classificados em penúltimo lugar na avaliação sobre qualidade da educação realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE] – afirmou.

**“Como querer igualdade da educação se verbas e metas são locais?”**



MARCELO BARABANI/FOLHA IMAGEM

O conteúdo de Artes já era obrigatório nas escolas, mas nem todas incluem Música entre as formas de manifestação artística ensinadas

## Alunos do ensino básico terão aulas de Música

O ensino de Música será obrigatório nas escolas públicas e particulares para estudantes do ensino básico e médio, de acordo com a Lei 11.769/08, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases na Educação (LDB).

A LDB estabelecia como obrigatório o conteúdo de Artes, mas, de acordo com a autora da proposta, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), “a expressão ensino de Arte permite uma multiplicidade

de interpretações, o que acabou resultando na ausência do ensino de Música nas escolas”. As escolas terão três anos letivos para se adaptarem às mudanças.

A Música já fez parte dos currículos escolares, mas foi retirada na década de 70. O projeto para o retorno dessa disciplina surgiu com a mobilização do Grupo de Articulação Parlamentar

Pró-Música (GAP), formado por 86 entidades. Antes de ser aprovada, a proposta foi amplamente discutida, inclusive em audiências, na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE).

De acordo com o Ministério da Educação, as definições sobre a duração do curso de Música e sua periodicidade ficarão a cargo dos conselhos estaduais e municipais de Educação, em parceria com os governos locais.

O presidente Lula vetou o artigo que previa a formação específica de professores na área musical para ministrar a disciplina. A justificativa é que a Música é uma prática social, e há diversos profissionais reconhecidos no país sem formação acadêmica específica ou oficial na área.

**Disciplina será obrigatória em escolas públicas e particulares**

## Senadores divergem sobre área indígena Raposa Serra do Sol

O senador João Pedro (PT-AM) disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida, nesta quarta-feira, manter a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol como área contínua. Ele afirmou que a Justiça poderá devolver a paz a cerca de 18 mil índios que, disse, “são os verdadeiros donos” da área, em Roraima, próxima à fronteira com a Venezuela e a Guiana.

– Não acredito que os ministros do Supremo possam transformar o dia 27 de agosto na data em que o Brasil negou a sua própria história.

O senador avalia que haverá um retrocesso se o Supremo não confirmar a homologação, com conflitos em terras indígenas de todo o país.

Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) é contrário à demar-

cação da reserva em área contínua. Ele avaliou como parcial a conduta do relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) designado para acompanhar a questão em torno da reserva. Apoiado em notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, Mozarildo disse que James Anaya, da ONU, foi a Roraima e ouviu apenas índios e entidades que defendem a demarcação.

– Foi uma ação que só ouviu um lado, só olhou um lado. [Foi] uma ação preparada, uma missa encomendada.

Conforme o senador, a visita foi articulada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, e pelo Ministério das Relações Exteriores. Mozarildo ressaltou que o Executivo não se contentou em demarcar a reserva. Agora, move “céus e terra” para influenciar a decisão do Supremo.

## homenagens



ZULMAIR ROCHA/FOLHA IMAGEM

Dorival Caymmi nasceu em Salvador, em 1914, e é autor de músicas como *O que é que a baiana tem?*, famosa pela interpretação de Carmem Miranda

## ACM Júnior e César Borges homenageiam Dorival Caymmi

Compositor apaixonado dos hábitos, costumes e tradições do povo baiano, Dorival Caymmi, morto no dia 16, aos 94 anos, foi homenageado em Plenário pelos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e César Borges (PR-BA), que pediram voto de pesar pelo falecimento do músico.

Antonio Carlos Júnior destacou o papel de Caymmi como um dos principais “artífices do mosaico que forma a identidade baiana”, ao lado do escritor Jorge Amado, entre outros.

– A Bahia se orgulha de seus filhos, ilustres ou anônimos, e, por isso, sofre muito quando os perde. Essa dor é tão mais aguda, mais sentida, quando o filho que se vai é aquele que lhe falava ao coração; louvava suas

belezas; descrevia sua gente com os olhos do amor – disse o senador, acrescentando que a obra do compositor “transcende as fronteiras baianas”, e influenciou decisivamente o universo musical brasileiro, tanto que tem sido revisitada neste momento em que se comemoram os 50 anos da Bossa Nova.

Já César Borges afirmou que Caymmi retratou, como poucos, “o cotidiano idílico do pescador, do homem que vivia para e em função do mar, que embarcava no mistério de suas águas e de suas criaturas”.

– Caymmi foi, e será sempre, a cara da Bahia, da sua gente dócil e criativa, da sua cultura abundante e inventiva – definiu César Borges.

**GETÚLIO VARGAS** – Os 54 anos do suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, foram lembrados por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para o senador, é necessário que todos os brasileiros, principalmente os mais jovens, conheçam a vida, a obra e a luta empreendida pelo ex-presidente na defesa do Brasil. Mozarildo destacou as principais realizações da Era Getúlio Vargas, como a criação da Petrobras e a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O senador também conclamou o atual PTB “a reassumir de maneira mais contundente os ideais deixados por Getúlio Vargas”.

Para Mozarildo Cavalcanti, o ex-presidente é o maior nacionalista que o Brasil já teve.

**MAÇONARIA** – As 5 mil lojas maçônicas no Brasil foram homenageadas no dia 20 pelo transcurso do Dia do Maçom. Participaram o grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, Marcos José da Silva; o presidente da Confederação Maçônica do Brasil, Héber Xavier; e o grão-mestre do Distrito Federal, Jafé Torres. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou que as lojas maçônicas espalhadas pelo Brasil se dedicam a obras sociais. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a Maçonaria se pauta pelos ideais da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade. Efraim Morais (DEM-PB) disse que é impossível contar a História do Brasil sem reservar capítulos extensos à Maçonaria.



# orçamento



Senadores Gim Argello (E) e José Nery (foto à direita, ao fundo) participam da reunião da Comissão Mista de Orçamento que aprovou créditos. Projetos ainda precisam ser votados em sessão do Congresso

## R\$ 153 milhões para resolver caos aéreo

Outros quatro projetos de créditos orçamentários somam quase R\$ 90 milhões e serão distribuídos por vários ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou cinco projetos de abertura de crédito orçamentário que, no conjunto, somam R\$ 240,5 milhões em recursos. Um deles (PLN 26/09) garante ao Ministério da Defesa R\$ 153 milhões para a adequação tecnológica e da capacidade de monitoramento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Os cinco projetos ainda dependem de exame final em sessão do Congresso.

O relator, senador José Nery (PSOL-PA), rejeitou todas as nove

emendas sugeridas pelos parlamentares da CMO alegando que elas direcionavam recursos para aeroportos específicos e poderiam comprometer o cronograma de modernização do sistema de controle aéreo. As necessidades de investimento no sistema haviam sido constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela CPI Mista do Caos Aéreo.

Os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura também

foram atendidos com crédito adicional (PLN 25/08). A pasta da Ciência e Tecnologia está sendo beneficiada com R\$ 40,7 milhões para complementar o orçamento da Nuclebrás. O crédito permitirá a realização de gastos iniciais com a execução de contrato para a fabricação, inspeção e testes dos pontões e colunas para a plataforma semi-submersível da Petrobras.

Já o Ministério da Cultura

contará com R\$ 700 mil para promover ajustes em seu orçamento, reforçando ações dos programas Engenho das Artes e Cultura Afro-Brasileira.

Outro projeto (PLN 23/08), no valor de R\$ 39 milhões, promove ajustes em programações do Ministério do Turismo (R\$ 19 milhões), além de reforçar em R\$ 20 milhões a rubrica Operações Oficiais de Crédito, sob supervisão do Ministério da Fazenda.

Foi também aprovado o PLN 20/08, que abre crédito especial de R\$ 5,9 milhões ao orçamento do Ministério da Fazenda, para

continuidade do Projeto de Assistência Técnica e Gerenciamento Financeiro e Fiscal (Proger).

Um quinto projeto (PLN 19/08), de R\$ 1,2 milhão, atende pleito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relacionado à implantação de bancos de alimentos e mercados públicos, além de estruturação de redes de proteção social em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

A CMO também aprovou na semana passada as contas do governo referentes aos exercícios de 2004 e 2006.

**Comissão aprovou contas do governo federal de 2004 e 2006**

### Punição por *overbooking* e atraso em vôos

O atraso de vôos e a comercialização de bilhetes aéreos em número acima dos assentos disponíveis para ocupação, prática conhecida como *overbooking*, podem estar com os dias contados no Brasil. É que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou texto do senador Expedito Júnior (PR-RO) a projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que obriga as empresas aéreas a indenizarem passageiros que não conseguirem embarcar por excesso de reservas nas aeronaves ou

ainda por atraso, interrupção ou cancelamento de vôo.

Pelo projeto (PLS 114/04), a indenização paga terá o valor do bilhete comprado e não exime a empresa de garantir ao passageiro prejudicado o direito ao transporte previsto. O viajante poderá optar por uma poltrona em vôo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, no prazo de quatro horas a contar do horário previsto para o embarque, reembolso do valor do bilhete ou ainda endosso da passagem.

### Debate tratará do acidente com avião da Gol

As investigações sobre o acidente com o vôo 1907 da Gol, que matou 154 pessoas em 29 de setembro de 2006, no norte de Mato Grosso, serão tema de audiência pública que a Comissão de Relações Exteriores (CRE) realizará em 25 de setembro, informou o senador João Pedro (PT-AM). O avião caiu depois de colidir com um jatinho Legacy, pilotado por dois norte-americanos.

João Pedro recebeu em seu gabinete, na terça-feira passada, a presidente da

Associação de Familiares e Amigos do Vôo 1907, Angelita Rosicler de Marchi, que pediu ao parlamentar apoio para conseguir das autoridades o relatório final sobre as causas do acidente. João Pedro entrou em contato com o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que concordou com a realização da reunião.

– Temos que buscar a punição dos responsáveis por um acidente tão drástico – afirmou João Pedro.

### Comissão ratifica nove acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou e enviou ao Plenário nove acordos de cooperação internacional, entre os quais propostas que tratam do combate ao tráfico de drogas e lavagem de dinheiro junto a países africanos e latino-americanos.

Com a Nigéria (PDS 140/08) e Moçambique (PDS 145/08), o Brasil assinou acordos de combate à produção, consumo e tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro. Outro acordo aprovado com o objetivo de coibir o crime internacional organizado (PDS 97/08) prevê cooperação policial com a Colômbia.

Com Botsuana, o PDS 92/08 firma cooperação técnica de fomento e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico. Nos mesmos moldes, o PDS 106/08, com a Nicarágua, contempla áre-

as como energia, combustíveis, meio ambiente, agropecuária e saneamento.

Já o PDS 146/08 ratifica acordo de cooperação com a Coreia do Sul na área de defesa. O acordo contido no PDS 149/08 pretende combater o tráfico ilícito de emigrantes entre Brasil e Guatemala.

O PDS 153/08 trata da cooperação financeira com a Alemanha e destina cerca de 13 milhões de euros para projetos de desenvolvimento no Norte e no Nordeste, em sua maioria sobre fontes de energia renovável. Entre

Brasil e Portugal foi aprovado acordo para promover a proteção de informação classificada (PDS 157/08). Por fim, foi ratificado acordo entre Brasil e Canadá (PDS 18/07) de assistência mútua em matéria penal.



Heráclito, entre Eduardo Azeredo (E) e Marco Antonio Costa: acordos tratam de tráfico de drogas, cooperação militar e desenvolvimento

### Suplicy denuncia abusos cometidos pelas tropas da ONU no Haiti

As tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, sob comando brasileiro, são objeto de denúncias de desrespeito aos direitos humanos, registradas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

As denúncias foram feitas à comissão pelo haitiano residente nos EUA David Josué, da Haitian Lawyers Leadership Network, e por Marcos Sokol, membro do diretório nacional do PT.

Os senadores assistiram a um

vídeo com as denúncias relativas a fatos ocorridos em 2007 e David Josué afirmou que irregularidades continuam acontecendo.

No vídeo, tropas com tanques e helicópteros bombardeiam a favela chamada Cité Soleil, em Porto Príncipe, deixando diversos mortos, inclusive crianças. De acordo com as autoridades, todos os mortos seriam bandidos ou narcotraficantes, informou Suplicy.

A senadora Marina Silva (PT-AC) considerou as imagens “muito fortes”. Disse que as crianças que são vistas assassinadas representam o filho de todos nós.

– Nada justifica as atrocidades que acabamos de ver – afirmou Marina.

## projetos aprovados

## CCJ ajusta à decisão do STF regras sobre uso de algemas

Projeto de lei do Senado (PLS 185/04) que regula o uso de algemas pelas autoridades policiais foi aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Alterações sugeridas pelo autor, senador Demostenes Torres (DEM-GO), disciplinam os casos de abuso no uso de algemas e, segundo ele, estão adequadas ao conteúdo da decisão tomada, na semana anterior, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o Supremo, o uso de algemas ficará restrito a casos de resistência, de risco de fuga ou de ameaça à integridade física dos envolvidos na operação policial.

Conforme Demostenes, o projeto original e o texto elaborado por José Maranhão

(PMDB-PB) detalhavam casos em que o uso de algemas seria permitido, mas apresentavam lacunas que poderiam ser usadas contra a ação da autoridade policial, o que gerou diversas manifestações de membros do Ministério Público, da magistratura e da Polícia Federal.

Para evitar o problema, o texto final suprime o artigo que trata das situações em que o emprego de algemas é autorizado.

– Em vez de disciplinarmos as situações em que o preso pode ser algemado, especificamos os casos de abuso. Em vez de dizermos quando a algema pode ser usada, dizemos quando não pode ser usada. Estamos mantendo o espírito original, que se coaduna com a súmula do STF – explicou o senador.

## justiça



Jarbas Vasconcelos (D), relator, ao lado de Eduardo Suplicy: salas separadas evitam constrangimentos e pressões

## Testemunhas poderão ficar em salas separadas

Segue para o Plenário projeto aprovado pela CCJ que busca evitar incidentes entre depoentes e parentes dos réus e das vítimas, comuns nos tribunais

O projeto do Executivo determinando que, nos processos criminais, as testemunhas de acusação e de defesa possam aguardar em salas distintas até o seu depoimento, nos mesmos moldes do que já ocorre nos processos de competência do tribunal do júri, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O objetivo é evitar incidentes entre testemunhas e parentes de vítimas e réus, hoje corriqueiros nos tribunais. Para o relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o projeto (PLC

93/04) – que dá nova redação ao artigo 210 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) – auxilia o Judiciário.

A proposta, que vai agora a votação no Plenário, foi sugerida pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão técnico do Ministério da Justiça. De acordo com o conselho, a ausência de salas separadas tem sido motivo de pressões de toda ordem.

A CCJ deixou para esta semana o exame do projeto (PLS 274/06) que criminaliza a exploração

de jogos de azar e torna mais eficiente o combate à lavagem de dinheiro. O projeto, proposto em 2004 pela CPI dos Bingos, determina ainda que o juiz poderá apreender e seqüestrar bens, direitos e valores de quem burlar a lei – aí incluídos hotéis, fundações e sociedades, entre outros.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) explicou que o Ministério da Justiça mostrou interesse em sugerir aperfeiçoamentos ao projeto, por isso pediu a suspensão temporária (vistas) da discussão.



Após ter seu nome aprovado pela comissão, Emília Ribeiro recebe os cumprimentos do senador Arthur Virgílio, observados por Marconi Perillo

## Por 13 votos a 5, indicação de Emília Ribeiro vai a Plenário

Com 13 votos a favor e 5 contra, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a indicação de Emília Maria Silva Ribeiro para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Em relatório separado, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) defendeu a tese de que a indicação faria parte de uma estratégia do governo para conseguir aprovar alterações no Plano Geral de Outorgas (PGO) da Anatel que permitam a fusão já negociada entre as operadoras Brasil Telecom e Oi.

Ele pediu que a comissão aguardasse a conclusão do in-

quérito da Polícia Federal que investiga a atuação do banqueiro Daniel Dantas na negociação entre as empresas.

Já o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), em relatório à parte, destacou a qualificação profissional e a reputação da indicada.

Argüida pelos senadores José Agripino Maia (DEM-RN) e Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da comissão, Emília disse que a sua ida para a Anatel não será decisiva para a fusão das operadoras Brasil Telecom e Oi, pois essa discussão não está e nem é exclusiva daquela agência reguladora.

## Declaração anual de quitação ajuda consumidor

As prestadoras de serviços públicos ou privados – como as companhias telefônicas, as fornecedoras de água e luz e as escolas particulares – poderão ser obrigadas a enviar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos, conforme proposta aprovada na quarta-feira pela CCJ.

O projeto – um substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 170/03, do senador Almeida Lima (PMDB-SE) – já havia sido aprovado pelo Senado, mas retornou à Casa devido às alterações feitas

pelos deputados. Com a decisão da CCJ, o texto será enviado ao exame do Plenário.

Em seu relatório, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) explica que, com as novas regras, o consumidor será obrigado a guardar apenas os comprovantes de pagamento do ano em curso, uma vez que receberá declaração de quitação unificada referente aos anos anteriores.

A proposta altera a regra atual, segundo a qual os recibos devem ser guardados por cinco anos. A norma vigente, observa o se-

nador, exige que o consumidor armazene um grande volume de documentos.

O texto aprovado na Câmara, e agora pela CCJ, determina que as prestadoras terão até maio do ano seguinte para enviar a declaração de quitação – o projeto original determinava que o envio fosse feito até o mês de março.

Para os casos em que o débito estiver em cobrança judicial, o texto alterado pelos deputados prevê o direito à declaração de quitação dos meses em que houve faturamento.

**FUSÃO EM DEBATE** – O ministro das Comunicações, Hélio Costa, será convidado a participar de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para discutir a proposta de fusão das operadoras Oi e Brasil Telecom. No pedido, Romeu Tuma (PTB-SP) sugere ainda a presença do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg, e de representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Secretaria de Direito Econômico (SDE). A preocupação dos senadores justifica-se pela suspeita de que a fusão das empresas resulte em monopólio no mercado de telecomunicações. A operação de fusão tornou-se possível após a aprovação, pela Anatel, de regra permitindo que uma empresa controladora detenha concessões públicas de telefonia em até duas regiões do país.

**MAIS 179 CARGOS NO TCU** – Os funcionários concursados do Tribunal de Contas da União (TCU) poderão contar com 179 novos cargos de confiança. Projeto com esse objetivo (PLC 118/08) foi aprovado pela CCJ e segue agora ao exame do Plenário em regime de urgência.

Os cargos não são de livre nomeação e livre exoneração, mas sim de funções de confiança para servidores concursados, para atender às necessidades do TCU, destaca o relator, Adelmir Santana (DEM-DF).

– A aprovação da proposta permitirá organizar adequadamente a produção das unidades técnicas da Secretaria do TCU e equalizar o descompasso entre a produção e a capacidade de resposta, em tempo hábil, pelos gabinetes de seus ministros, dos auditores e dos membros do Ministério Público que atuam junto ao tribunal – afirma o senador.

**TRAMITAÇÃO MAIS ÁGIL** – Para agilizar os trabalhos da CCJ, o senador Marco Maciel (DEM-PE) sugeriu a criação de grupos de trabalho para que matérias semelhantes que tramitem na comissão sejam examinadas em conjunto, e não separadamente, como ocorre atualmente. Para o presidente da CCJ, com a medida a comissão deverá ganhar agilidade e as inúmeras propostas em tramitação, especialmente as mais relevantes, deverão ser examinadas e votadas em menor período de tempo.

Os grupos analisarão em bloco matérias divididas por temas principais, a começar por propostas que tratam de reformas institucionais (como a judiciária); alterações nas áreas envolvendo a legislação civil, social e de cidadania; combate à corrupção; legislação penal; processo legislativo; projetos de resolução e matérias decorrentes de CPIs, entre outras.



resíduos

# Reciclagem movimentará R\$ 8 bilhões, mas falta lei

Referência para países em desenvolvimento, Brasil carece de marco regulatório que ajude a ampliar atividade, que gera renda para 800 mil pessoas

Apesar de ainda não haver um marco regulatório para a reciclagem, o Brasil já consegue movimentar R\$ 8 bilhões anuais com o setor, gerando renda a 800 mil catadores, mantendo cerca de 550 cooperativas e empregando formalmente 50 mil pessoas em indústrias destinadas ao reaproveitamento do lixo seco.

Hoje, a reciclagem atinge cerca de 12% do lixo urbano – calculado em 61,5 milhões de toneladas por ano –, mais por esforço dos que abraçaram a causa do que por incentivo público.

Mesmo assim, pelo sétimo ano consecutivo o Brasil é campeão mundial na coleta e reutilização de latinhas de alumínio, com índice de 96,5% de aproveitamento do material em 2007. É o segundo na

**Do lixo urbano reciclado no país, destaque são as latinhas de alumínio**

reciclagem de garrafas PET, com 51,3%, contra 62% do Japão. – A reciclagem vem crescendo, mas temos muito a avançar resolvendo gargalos com maior envolvimento das prefeituras, conscientizando a população, colaborando com as cooperativas, sem falar na questão tributária e na falta de um marco regulatório – diz André Vilhena, diretor-executivo da associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre).

Vilhena afirma que o Brasil tem sido referência para outros países em desenvolvimento.

– Frequentemente somos vi-

sitados por grupos de fora que querem conhecer o nosso trabalho – informou.

Em 2007, o Brasil reciclou 11,3 bilhões de latas de alumínio, ou seja, 160,6 mil toneladas. De acordo com a Cempre, o material é recolhido e armazenado por cerca de 130 mil sucateiros.

– A explicação para o aumento da reciclagem de latinhas está na eficiência da coleta, que funciona cada vez melhor, sem interferência do Estado.

– É a autonomia pelas leis do mercado – explica Renato Castro, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade.

O preço da sucata, diz Castro, acompanha o preço do alumínio no mercado internacional. Com liga metálica mais pura, a sucata é transformada em lâminas destinadas geralmente à produção de novas latas ou é empregada na fundição de autopeças.

Já a garrafa PET gera produtos de vestuário, tapetes, carpetes, fios de costura, cerdas de vassouras e escovas, cordas, placas de trânsito, entre outros. A estimativa é de que tenham sido recicladas 230 mil toneladas de PET em 2007.

Além disso, são reaproveitados 40% do aço, 20% dos plásticos, 46% do vidro e 38% do alumínio, entre outros materiais, como o papel.



Usina de reciclagem em Brasília: país já reaproveita 12% do lixo urbano, calculado em 61,5 milhões de toneladas por ano



Reunidos em cooperativas, os catadores são os principais responsáveis pela reciclagem no país

## Novas tecnologias adicionam valor ao lixo reciclado

A tecnologia tem sido uma forte aliada da reciclagem no Brasil. Uma das novidades é o processo Plasma, que está modificando a reciclagem das embalagens tipo longa vida, usadas para sucos e leite. Por esse método, papel, alumínio e plástico da embalagem são reaproveitados. Antes, somente o papelão era reciclado.

O processo foi desenvolvido no Brasil pelas empresas Tetra Pak, Klabin e TSL Ambiental.

O sistema já despertou interesse de outros países e usa energia elétrica para produzir um jato de plasma e aquecer a 15 mil graus Celsius a mistura de plástico e alumínio. Assim, o plástico é transformado em parafina e o alumínio é recu-

perado. A Tetra Pak estima um aumento de até 30% no valor das caixas longa vida recolhidas para reciclagem.

Outra novidade é o sistema *bottle to bottle*, que pretende retornar ao mercado garrafas PET recicladas. Para entrar em operação, são necessários alguns certificados, como o da Food and Drug Administration (FDA), órgão dos Estados Unidos que faz o controle de alimentos.

Já existe até tecnologia para reciclar a agulha e o plástico de seringas. O aparelho, chamado de Nex, foi desenvolvido por Marcelo Bitencourt e Amine Youssef, do pólo de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí (MG).

Já a Ecoblock trabalha com a madeira bio sintética obtida do

reaproveitamento de polímeros (plásticos) e recebe outras fibras, como algodão e couro, que podem gerar móveis muito semelhantes aos produzidos com a madeira natural.

– Até mesmo o algodão das fraldas descartáveis que são rejeitadas pela indústria são utilizadas. Desta forma nós trabalhamos para o desenvolvimento sustentável e colaboramos com a preservação ambiental – explica a revendedora da Ecoblock Jane Carol Azevedo.

Ela garante que a tecnologia que encarecia o produto inicialmente já foi incorporada, puxando para baixo o preço do produto, comercializado hoje a R\$ 107 o metro quadrado, contra R\$ 130 da madeira do ipê.



Com 96,5% de reaproveitamento, Brasil é campeão na reciclagem de latinhas de alumínio (acima). Reutilização do papel ainda pode crescer (ao lado)

## Projetos podem ajudar a ampliar reutilização de materiais descartados

Além de esperar pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, o setor de reciclagem aguarda leis que podem ajudar a elevar o reaproveitamento do lixo.

Uma das propostas é o projeto (PLS 169/08) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aquisição de equipamentos e produtos químicos para processos de reciclagem.

– O reaproveitamento de materiais considerados imprestáveis ainda é incipiente e enfrenta dificuldades que se revelam na



Gerson Camata

falta de tecnologias apropriadas à reciclagem de diversos tipos de materiais – afirma Crivella.

Já o projeto (PLS 714/07) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) determina que lojas que vendem pilhas e baterias deverão receber unidades usadas para devolução aos fabricantes.

As pilhas e baterias podem ser recicladas de três formas: operações de tratamento de minérios, a hidrometalúrgica e a pirometalúrgica. Hoje já são produzidas pilhas sem metais pesados que contaminam o meio ambiente.

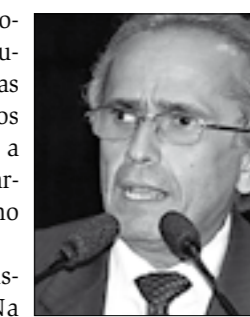
– O investimento de materiais considerados imprestáveis ainda é incipiente e enfrenta dificuldades que se revelam na

## Governo e Senado tentam incentivar novos aterros sanitários e cooperativas

Há um ano e meio a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos debate os problemas dos lixões. Apesar de 70% dos resíduos serem destinados a aterros sanitários, a maior parte das cidades não tem como construir esses depósitos.

– Uma das propostas é buscar novas tecnologias. Na Alemanha, 8% da energia elétrica vêm do lixo – afirma Cícero Lucena (PSDB-PB), presidente da subcomissão.

Para ajudar pequenos municípios, o governo federal tem estimulado os estados, para que sejam feitos consórcios entre mu-



Cícero Lucena

nicipios próximos para utilizar um aterro comum.

– É preciso haver um melhor aproveitamento dos entulhos, como os de construção e demolição, porque são fontes de contaminação e de proliferação de roedores e insetos – diz Marcos Bandini, gerente da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

O investimento em cooperativas de catadores e o envolvimento da comunidade fizeram com que Londrina (PR) destinasse 25% dos resíduos à reciclagem, índice comparável ao de países desenvolvidos.

## Congresso discute política para resíduos sólidos há dez anos

Em pelo menos 59% das cidades brasileiras o lixo vai para os lixões. Apenas 7% dos municípios, com 14% da população, contam com coleta seletiva de materiais propícios a reciclagem. Os números mostram que os problemas relacionados à destinação e reutilização dos resíduos sólidos vêm da falta de uma legislação federal que aponte diretrizes.

Há anos tramitam na Câmara e no Senado projetos que tentam instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No Senado, o PLS 265/99, do ex-senador Lúcio Alcântara, aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos. Relatado por Romeu Tuma (PTB-SP), que vota pela sua aprovação, o projeto também prevê a concessão de incentivos fiscais e financeiros a instituições que promovam o gerenciamento eficiente de resíduos sólidos.

Na Câmara, um grupo de trabalho estuda o PL 203/91, com linhas gerais da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Junto com ele estão outros projetos, como o PL 1.991/07, apresentado ano passado pelo Executivo.

– O projeto do Executivo tem estrutura mais inovadora, é mais enxuto e terá vida útil maior ao não ficar atrelado a especificida-

des que mudam regularmente com o avanço da tecnologia – explica Marcos Pellegrine Bandini, gerente de projetos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

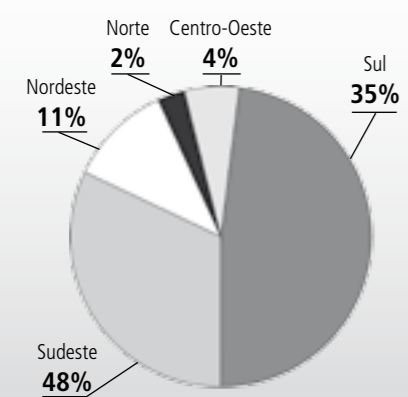
O projeto define os ciclos de vida dos produtos e determina meios para que os componentes sejam reaproveitados pela indústria geradora ou por outras, no que vem sendo chamada de logística reversa.

– No caso de resíduos eletroeletrônicos, por exemplo, existem apenas algumas regulamentações infralegais. A indústria tem de estar preparada para reutilizar parte dos componentes que fabrica e que tiveram sua vida útil esgotada. O mesmo acontece no setor automobilístico. Hoje não existe essa lógica de reaproveitamento – afirma Bandini.

Para ele, a definição de um marco legal é fundamental. André Vilhena, diretor-executivo da associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), converge com a ideia.

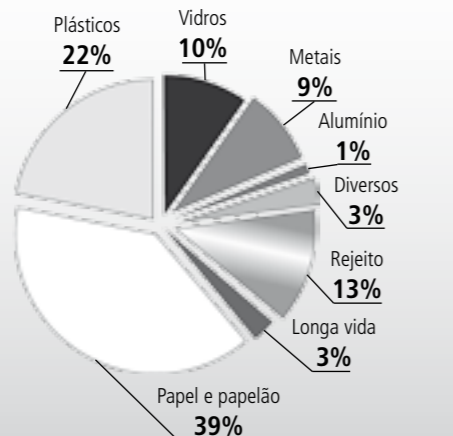
– A falta de um marco regulatório prejudica o crescimento qualitativo e quantitativo da reciclagem. É preciso definir o papel de cada um. A legislação favorece o ambiente para investimentos na reciclagem – aposta.

### Coleta seletiva por região

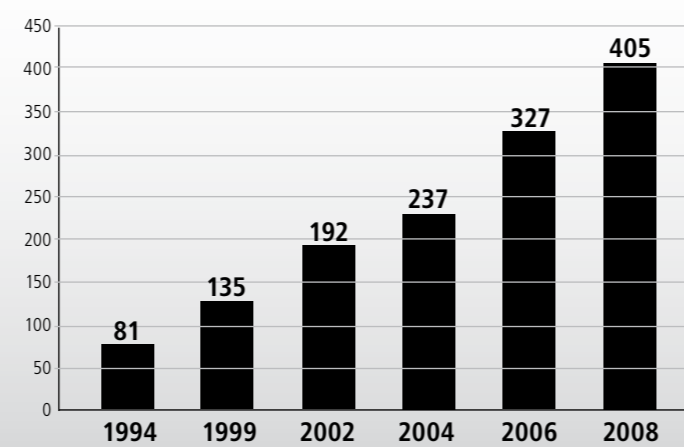


### Materiais reutilizados

(% do peso total do lixo reciclado)



### Número de municípios com coleta seletiva



Fonte: Cempre

## Reciclagem no planeta

Taxa de reaproveitamento depende do país e do tipo de material descartado. No Brasil, chega a 94% das latas de alumínio e a 46% dos vidros



### Aço

|                  |     |
|------------------|-----|
| Brasil*          | 40% |
| Alemanha**       | 89% |
| Espanha**        | 69% |
| Finlândia**      | 53% |
| Itália**         | 66% |
| Noruega**        | 66% |
| Portugal**       | 69% |
| Bélgica**        | 93% |
| Estados Unidos** | 63% |

Fonte: \*Cempre (2006) e \*\*Pro Europe (2006)



### Alumínio

(somente latas)

|                |       |
|----------------|-------|
| Brasil         | 94,4% |
| Argentina      | 89,6% |
| Japão          | 90,9% |
| França         | 25,0% |
| Estados Unidos | 51,6% |

Fontes: Abal e Abralatas (2006)



### Garrafas PET

|                |       |
|----------------|-------|
| Brasil         | 51,3% |
| Japão          | 62,0% |
| Argentina      | 27,1% |
| Austrália      | 27,0% |
| Estados Unidos | 23,5% |
| México         | 11,0% |

Fonte: Abipet (2006)



### Vidros

|                 |     |
|-----------------|-----|
| Brasil*         | 46% |
| Alemanha**      | 97% |
| França**        | 71% |
| Noruega**       | 89% |
| Estados Unidos* | 40% |

Fonte: \*Cempre (2006) e \*\*Pro Europe (2006)



## reciclagem



Uma tonelada de papel reciclado, em grande parte recolhido por catadores, pode impedir o corte de 15 a 20 árvores. Além disso, o papel representa quase 40% do lixo urbano e é responsável por cerca de 35% das árvores que são derrubadas no planeta. Reciclagem reduz poluição do ar e da água

## Papel usado e reutilizado: menos lixo e mais árvores

O primeiro papel de que se tem notícia foi feito na China no ano 105 a partir de material reutilizado. Mas a reciclagem só ganhou força nas últimas décadas, devido à necessidade de reduzir a produção de lixo e de economizar água, madeira e energia usadas na indústria papelreira. No Brasil, 45% dos restos de papel já são reaproveitados. Como estímulo,

o senador Paulo Paim (PT-RS) elaborou projeto que dá prioridade ao papel reciclado nas licitações para compra de material de escritório por órgãos públicos. Por sua vez, a edição semanal do **Jornal do Senado** passa a ser impressa em papel reciclado. Idealizada na gestão do ex-diretor Eduardo Leão, a iniciativa tornou-se realidade com o apoio do programa Senado Verde.

### Evolução da indústria no Brasil fomentou reaproveitamento

A primeira notícia que se tem do papel no Brasil é a carta de Pero Vaz de Caminha, escrita logo após o descobrimento em 1500. Mas a primeira referência à produção nacional consta de um documento de 1809 escrito por frei José Mariano Velozo ao ministro do príncipe regente dom João, Conde de Linhares: "... lhe remeto uma amostra do papel, bem que não alvejado, feito em primeira experiência, da nossa embira. A segunda que já está em obra se dará alvo...". O documento encontra-se hoje no Museu Imperial, em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Já a atividade de reciclagem no país se confunde com as origens da fabricação em maior escala de papel, iniciada há mais de cem anos. As primeiras fábricas brasileiras usavam papéis descartados para a produção de novos papéis. E a produção era insignificante. Nessa época, quase todo o papel usado no país vinha do exterior. O passo seguinte da indústria

brasileira foi a produção de papéis com matérias-primas virgens (não usadas previamente) importadas, em especial a chamada celulose de fibra longa, extraída de árvores de madeira macia, como os pinheiros. Só a partir do início da década de 70, a indústria brasileira de celulose ganha expressão, com o uso de matérias-primas nacionais.

À medida que se ampliava a fabricação de papel, também ganhava vulto a reciclagem, devido à maior oferta do insumo. Assim, o consumo de aparas (a matéria-prima do papel reciclado) cresceu 56% de 1997 para 2006, segundo a Associação Brasileira de Papel e Celulose. Já o consumo de papel cresceu 25% no período.

#### Menos desperdício

Veja a taxa de reciclagem de papel no Brasil em comparação com outros países (em 2007)

|                |       |
|----------------|-------|
| Alemanha       | 74,5% |
| Japão          | 73,1% |
| Reino Unido    | 64,9% |
| França         | 63,7% |
| Espanha        | 58,9% |
| Estados Unidos | 51,9% |
| Itália         | 51,3% |
| Finlândia      | 47,7% |
| Argentina      | 46,4% |
| Brasil         | 45,0% |
| Malásia        | 43,4% |
| México         | 39,0% |
| China          | 34,3% |
| Rússia         | 32,7% |
| Índia          | 15,9% |



Fonte: Bracelpa



#### Haja tinta!

Veja alguns números do consumo de papel no mundo

– No mundo, **300 milhões de toneladas** de papel e papelão são produzidas por ano.

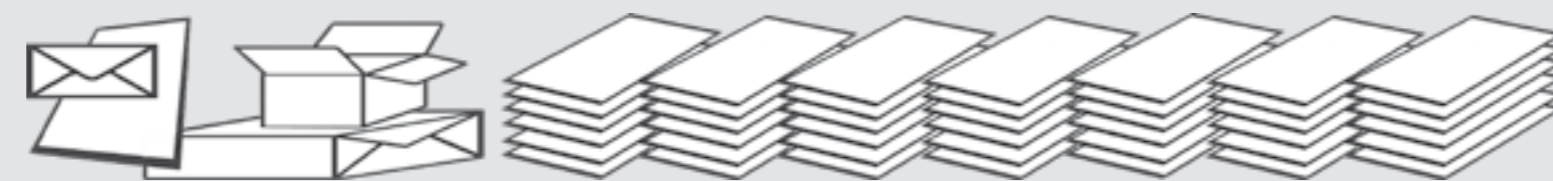
– Os Estados Unidos são o maior produtor de papel e papelão do planeta, respondendo por quase **um terço** da produção mundial. São mais de **500 fábricas** em operação. No mundo todo, há cerca de **10 mil fábricas** de papel.

– Estima-se que **95%** dos dados das empresas ainda estão armazenados em papel.

– A principal usuária de papel é a indústria de embalagens, que consome **41%** do total.

– **115 bilhões** de folhas de papel são consumidas anualmente pelos usuários de computadores. O usuário de internet imprime em média **28 páginas por dia**.

– A maioria das caixas de papelão emprega **25%** de material reciclado. Algumas são totalmente feitas de matéria-prima reciclável.



Fonte: Paper University

### Além de diminuir poluição urbana, reutilização poupa madeira, água e energia

Oficialmente, o papel foi fabricado pela primeira vez na China, no ano 105, por Ts'AI Lun. Ele fragmentou em uma tina com água cascas de amoreira, pedaços de bambu, rami, redes de pescar, roupas usadas e cal. A pasta formada deu origem ao papel. Ou seja, o chinês foi o primeiro a reciclar materiais para fazer papel em substituição aos pergaminhos de peles de animais.

Hoje, quase 2 mil anos depois, um dos principais argumentos para a reciclagem de papel é a redução dos impactos ao meio ambiente. Entre eles está a diminuição do uso de árvores. Uma tonelada de aparas (papéis cortados para a reciclagem)

pode substituir o corte de 15 a 20 árvores, dependendo do tipo de papel que será produzido, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Algo como 35% das árvores que são derrubadas no planeta vira papel. Isso porque 90% da celulose (matéria-prima do papel) é oriunda da madeira.

Há também o argumento de que na produção de papel reciclado há economia de água, estimada entre 10 mil a 100 mil litros de água por tonelada produzida.

Quase 40% do lixo urbano no mundo é composto de papel. Logo, sua reciclagem ajuda a evitar um enorme desperdício. Além disso, a

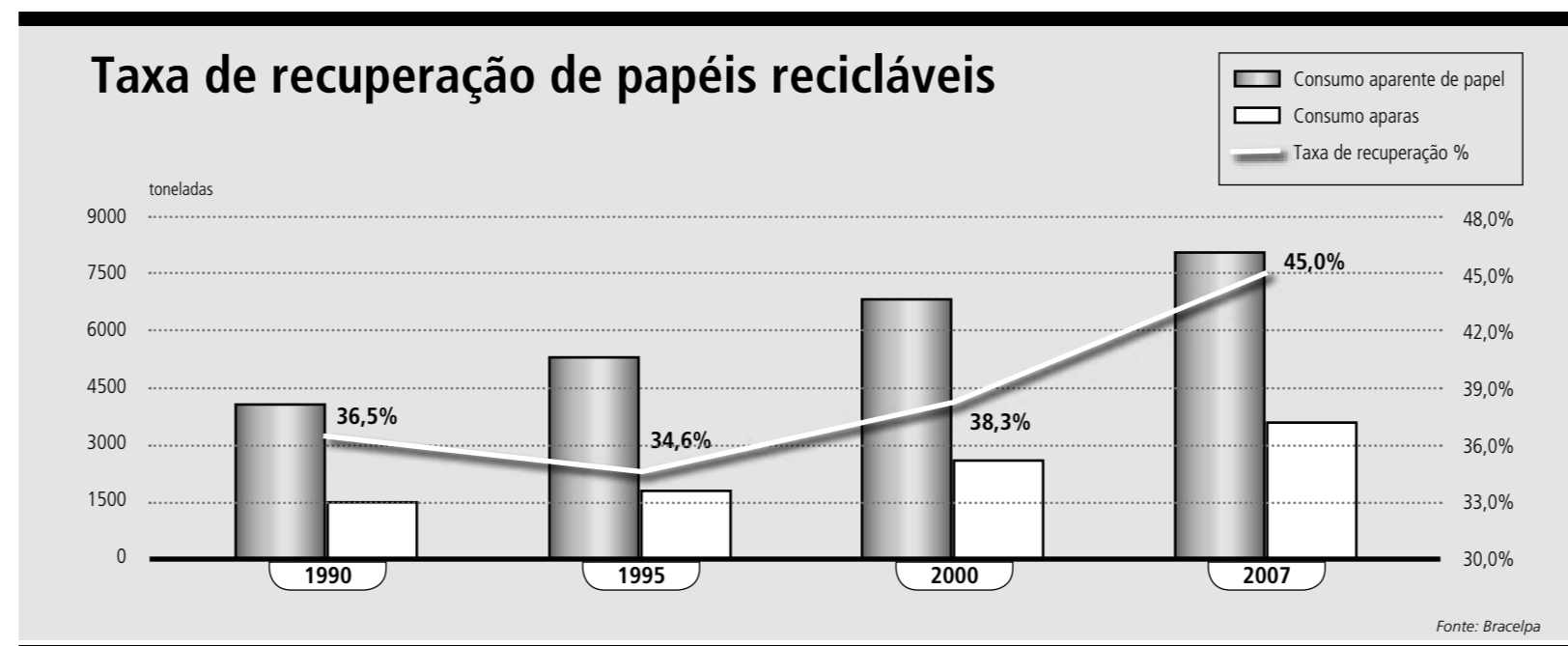
reciclagem reduz consideravelmente a poluição do ar e da água. Isso porque o processo requer menos celulose virgem, cuja produção é a parte mais poluente da cadeia de fabricação do papel. Grande quantidade de produtos químicos precisa ser usada no processo de transformar madeira em celulose.

Outro argumento é que haveria redução do uso de energia elétrica para a produção de papel com a reciclagem. A porcentagem de economia, no entanto, pode variar muito, já que há empresas de papel e celulose com geração própria de energia (da queima de restos de madeira, por exemplo), enquanto

outras usam energia de fontes tradicionais (como o gás natural).

Há duas grandes fontes de papel reciclável: as aparas pré-consumo (recolhidas pelas próprias fábricas antes que o material passe ao mercado consumidor) e as aparas pós-consumo (geralmente recolhidas por catadores de ruas). De um modo geral, o papel reciclado usa os dois tipos na sua composição, e tem a cor creme.

Em alguns países da Europa, o papel reciclado em escala industrial chega a custar mais barato que o virgem, graças à eficiência na coleta seletiva e ao acesso mais difícil à celulose.



Fonte: Bracelpa

## Prioridade em licitação para papel reciclado

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou em 12 de agosto projeto (PLS 112/08) do senador Paulo Paim (PT-RS) que determina ao poder público a prioridade na compra de papel reciclado em licitações. O texto seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para decisão terminativa.

No texto, Paim afirma que o Estado tem poder suficiente para estabelecer um novo padrão de demanda no mercado de forma a tornar comercialmente interessante para as empresas a oferta de papel reciclado. As compras governamentais movimentam, anualmente, cerca de 10% do produto interno bruto (PIB) – algo como US\$ 96 bilhões ao ano. O projeto especifica que a determinação não se aplica a livros, periódicos e similares adquiridos ou produzidos pela administração pública.

Ainda segundo Paim, embora o Brasil tenha avançado na transparência dos processos, ampliando o controle social e reduzindo o risco de fraudes, o modelo que inspira a maioria dos editais de licitação é omissivo em relação a uma premissa fundamental: ser sustentável ambientalmente.

O senador afirma que, num momento em que a Humanidade experimenta uma crise ambiental sem precedentes, com a destruição progressiva da biodiversidade, o

crescimento geométrico do volume de resíduos, o aquecimento global e a escassez de água doce e limpa, as compras governamentais devem influenciar positivamente a ampliação de um mercado de produtos sustentáveis para promover menor impacto ambiental e dar o exemplo.

Portanto, conforme Paim, são necessárias normas que estabeleçam que o poder público utilizará papéis reciclados de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e diminuir o uso dos recursos naturais. "Devemos lembrar que entre 15 e 20 árvores são poupadas para cada tonelada de papel reciclado. Dessa maneira, os órgãos públicos promoverão a preservação das florestas", enfatiza Paim.

#### Papel reciclado no *Jornal do Senado*

O senador também se disse contente com a decisão tomada pela diretoria do **Jornal do Senado** de usar, a partir desta edição, papel reciclado para a impressão de sua versão semanal, que é enviada a todo o país por meio dos Correios. A mudança de papel faz parte do programa Senado Verde, que estimula a conservação do meio ambiente pelos

funcionários da Casa.

O presidente Garibaldi Alves convidou para a solenidade de lançamento do jornal em papel reciclado, na sala de audiências da Presidência da Casa, às 10h30 de terça-feira.



Segundo Paim, governo precisa dar o exemplo e ajudar a promover menor impacto ambiental



Relator da proposta, Flávio Arns pediu o voto favorável na Comissão de Meio Ambiente

### Senado Verde promete reduzir impacto de atividades da Casa

As várias iniciativas do Senado voltadas para uma gestão ambiental inteligente, com reaproveitamento de recursos, foram reunidas no programa Senado Verde.

A coordenadora do projeto, Mariângela Cascão, afirma contar com o engajamento de todos os servidores. O diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, lembra que o Senado "é o único órgão público que recicla água".

Na Secretaria de Engenharia foram feitos investimentos em novas tecnologias para evitar desperdícios com o consumo de água e energia. A instalação de luminárias de maior eficiência garante menor consumo de energia, assim como a limpeza dos filtros e a modernização do sistema de ar-condicionado, garante

Evandro Chaves, diretor da Subsecretaria de Manutenção. Em um projeto-piloto, os banheiros públicos em frente à biblioteca contam com torneiras e mictórios automatizados, e sensores de presença. Outro sistema já em funcionamento, de descarga pressurizada, como nos aviões, só gasta meio litro de água por vez.

Uma pequena estação de tratamento resultou numa surpreendente redução de consumo de água por parte da Coordenação de Transportes do Senado. A iniciativa, que nasceu da preocupação dos próprios funcionários, diminuiu o consumo de água em mais de 60%. A água utilizada



Mariângela Cascão, Agaciel Maia e Florian Madruga observam Garibaldi (D) exibir a camiseta do programa que reúne iniciativas da Casa voltadas para uma gestão ambiental inteligente



## clima



DANIEL BELTRÁ/GREENPEACE

Em 2005, quando secaram os leitos de vários rios da Amazônia, 250 mil pessoas ficaram isoladas, sem alimento e água

## Amazônia pode ter secas de grandes dimensões

Estiagem que castiga largas porções da floresta pode ser causada pelo aquecimento do oceano Atlântico, mas é agravada pelo desmatamento

O sinal vermelho acendeu-se em 2005, quando secaram os leitos de vários rios da Amazônia. Próximo a Manaus, o nível do Amazonas ficou três metros abaixo da média, com peixes apodrecendo no maior e mais extenso rio do planeta. Igarapés secos e barcos encalhados em bancos de areia na região que detém mais de 20% da água doce da Terra. Populações isoladas sem ter como se locomover e até sem o que comer. Em 2005, mais de 250 mil pessoas foram atingidas pela seca. Em algumas áreas, a estiagem superou todos os recordes.

À época, atribuiu-se ao fenômeno climático **El Niño** a responsabilidade pelo agravamento da estiagem, que levou os rios aos níveis mais baixos desde a década de 60. Mas ou-

tras análises transferem parte da responsabilidade do oceano Pacífico para o Atlântico. Estudos da Royal Society de Londres (*veja quadro*) sugerem que a seca que assola essa parte da Amazônia é resultado do aquecimento do Atlântico. Isso pode ter alterado o padrão de circulação das correntes, deslocando massas de ar seco para a Amazônia. Como consequência, a seca.

Os efeitos imediatos são rios baixos, mortandade de peixes e problemas na produção agrícola. E o cenário pode se agravar: a mortandade de grandes cardumes e de outros animais aumenta

El Niño é o fenômeno que provoca aumento anormal da temperatura das águas do oceano Pacífico e muda padrões de vento e chuva.

o risco de contaminação dos rios, comprometendo o abastecimento de água.

Além disso, as florestas ficam mais vulneráveis ao fogo. “A seca na Amazônia pode ter efeitos de grandes dimensões. A floresta, em si, geralmente é imune ao fogo, quase sempre oriundo de queimadas em áreas agrícolas. O interior da floresta é úmido o suficiente para evitar que o fogo se propague. Mas essa imunidade tem seu limite”, adverte documento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Para o especialista Paulo Moutinho, do Ipam, a grande ameaça é a conjunção entre fatores climáticos planetários e os problemas locais, como a derrubada indiscriminada da floresta: quanto menos árvores, menos chuvas e estiagem mais intensa.

### Experiência inédita testa a resistência da floresta

A Amazônia não é frágil. Na verdade, sua força é impressionante. Grande parte da Floresta Amazônica só existe devido à sua alta tolerância à seca. Dados do Ipam confirmam que mais da metade das florestas da região sofre estiagens anuais que duram de três a cinco meses (*veja nesta página*). Mas, por razões climáticas e pela ação do homem, tais limites têm sido perigosamente desafiados.

Para avaliar a resistência da Floresta Amazônica a este cenário de seca desenvolveu-se o projeto Seca-Floresta. Com o Woods Hole Research Center, dos Estados Unidos, o Ipam e a Embrapa Amazônia Oriental simularam uma seca severa em um hectare da Floresta Nacional do Tapajós, no oeste do Pará.

Após semanas sem chuvas, as matas continuam verdes, úmidas e resistentes ao fogo. Suas raízes são profundas o suficiente para captar água do solo a mais de 10 metros de profundidade. Mas, se a estiagem for muito prolongada, o solo profundo também fica seco. Secas mais frequentes podem tornar a floresta mais quente e suscetível ao fogo.

### Senado estuda soluções para a região amazônica

O futuro e a preservação da Amazônia estão entre as prioridades do Senado, que nesta semana realizará um debate sobre o Plano Amazônia Sustentável (PAS), anunciado pelo governo federal, e discutirá a aprovação de dois projetos que pretendem contribuir para proteger a floresta e combater os efeitos da seca que ameaça a região. As iniciativas acontecem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), nesta terça-feira.

O PLS 100/07, do senador Mário Couto (PSDB-PA), cria uma política de redução dos efeitos da seca na Amazônia. A proposta entrega à União a tarefa de coordenar a defesa civil, limpar e desassorear cursos d'água para mitigar os efeitos imediatos da seca. Já o PLS 8/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), cria o *royalty* verde, a ser aplicado na conservação da Floresta Amazônica. O fundo para bancar a conservação da floresta viria da exploração de petróleo e gás natural, com o aumento da taxa sobre os *royalties* de petróleo do atual limite de 10% para 15%.

### A mais recente visão da ciência

Em maio, a Royal Society de Londres, instituição dedicada à ciência fundada em 1660, publicou uma edição especial sobre mudanças climáticas e o destino da Amazônia. As conclusões são importantes:

- O oceano Atlântico terá papel crucial em futuras secas na Amazônia.
- Testes científicos controlados mostram que áreas intactas da floresta são bastante resistentes à seca em curtos períodos, mas estiagens frequentes podem fazer com que

esse limite seja ultrapassado.

- As queimadas exercerão papel decisivo no futuro da floresta, bem como a interação de fatores como desmatamento e alterações climáticas.
- A Amazônia Meridional tem sido castigada pelas secas nas décadas recentes, em um padrão consistente com as mudanças climáticas causadas pela ação humana.
- Os biocombustíveis representam séria ameaça no curto prazo para a floresta.

## ambiente legal



### MAR ESPERA PROTEÇÃO

Apenas 0,8% dos mares brasileiros é protegido em unidades de conservação federais e estaduais, e em todo o mundo não é muito diferente: cerca de 1%. O governo brasileiro admite que 80% dos recursos explorados

pela pesca marinha sofrem com sobrepesca, estão ameaçados ou em processo de recuperação. Diante desse quadro, o Greenpeace inicia uma campanha em defesa dos oceanos, propondo que as áreas protegidas subam para 40% no mundo.

### Pressão sobre os oceanos

A contaminação por fertilizantes e a queima de combustíveis fósseis são as principais responsáveis pelo aumento de zonas mortas nos oceanos do mundo, onde a ausência de oxigênio impede o desenvolvimento de vida marinha, revela estudo divulgado pela revista *Science*. Robert Diaz, professor da Universidade William and Mary, na Vir-

gínia (EUA), e Rutger Rosenberg, da Universidade de Gotemburgo (Suécia), afirmam que há 405 zonas mortas em águas próximas às costas em todo o mundo, o que representa uma superfície de mais de 26.500 quilômetros quadrados. O aumento das zonas mortas no mar é um dos principais agentes de pressão sobre os ecossistemas marítimos.

### Dica de nutricionista

Especialistas em nutrição recomendam evitar alimentos fritos. Quem não resistir à vontade deve cozinhar e depois dourar a batata, e não “carbonizá-la”, mantendo uma temperatura de cozimento sempre menor que 175 graus.

### Perigo na batata frita

Pesquisadores alemães concluíram que as batatas fritas podem conter glicidamina, uma substância cancerígena. Ela surge quando o óleo é cozido em temperatura acima de 120 graus centígrados. A glicidamina e a acrilamida (também supostamente cancerígena) aparecem em quantidades ainda mais perigosas quando a temperatura ultrapassa os 180 graus.



## energia



Operários constroem gasoduto: transporte é responsabilidade da Petrobras, que quer vender gás direto para indústrias

## Disputa bilionária atrasa acordo sobre gás natural

A competência dos estados para distribuir o produto, prevista em projeto aprovado no Senado, foi derrubada pela Câmara. Queda-de-braço continua

Enquanto o governo discute o que fazer com os bilhões a serem gerados pela reserva de petróleo da camada pré-sal, outro projeto ligado ao petróleo e que envolve cifras bilionárias enfrenta disputa acirrada no Senado. Acordo sobre a chamada Lei do Gás, que disciplina a exploração, estocagem, transporte e distribuição de gás natural, pode ser negociado esta semana para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votar a matéria.

A queda-de-braço na CCJ contrapõe os estados e suas distribuidoras – favorecidos pelo relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – ao governo federal, Petrobras e grandes consumidores industriais, que defendem o texto aprovado na Câmara (veja

nesta página). Na avaliação de Jarbas Vasconcelos, o texto da Câmara fere a Constituição, que atribui aos estados competência exclusiva para distribuir o gás. Esse preceito foi respeitado no projeto do ex-senador Rodolpho Tourinho que, depois de aprovado pelo Senado, na Câmara foi apensado ao projeto do governo, restando poucos artigos do projeto original.

O relator respalda sua posição em pareceres de juristas e também no despacho da ministra Carmem Lúcia, do STF, que suspendeu o fornecimento direto pela Petrobras de gás à empresa White Martins (veja nesta página). A CCJ, lembrou Jarbas, só está analisando a constitucionalidade do projeto. O modelo de re-

gulação do setor será examinado em outras duas comissões: a de Assuntos Econômicos, presidida por Aloizio Mercadante (PT-SP), e a de Infra-Estrutura, presidida por Marconi Perillo (PSDB-GO).

Especialistas da área ressaltam que, apesar de a Petrobras ser acionista de 17 das 22 distribuidoras estaduais, a estatal insiste em restringir a distribuição de gás pelos estados. A Abrace, entidade que reúne grandes consumidores, adverte que a falta de marco regulatório específico para a atividade vem dificultando o atendimento da demanda – hoje com um déficit de 10 milhões de m<sup>3</sup> por dia ou o equivalente a 15% do consumo de gás natural do país –, e comprometendo decisões de investimento.

## Indústrias e governo federal contra distribuidoras estaduais

Com investimentos que devem superar os US\$ 28 bilhões até 2012 e tendo aumentado sua participação na matriz energética brasileira de 3,7% em 1998 para 9,3% no ano passado (ver gráfico), a indústria do gás tornou-se uma das oportunidades de negócio mais atraentes no país.

Como o projeto de marco regulatório para o setor aprovado na Câmara (PLC 90/07) pendeu para o lado da Petrobras e dos grandes consumidores, as distribuidoras estaduais lutam agora, no Senado, para modificar o texto.

– Há um conflito federativo. A União estaria legislando em matéria que compete aos estados – criticou o presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Armando Laudorio. Ele explicou que as distribuidoras querem ter a prerrogativa de prestar o serviço e decidir sobre a abertura do mercado.

As duas distribuidoras cariocas já admitiram que seus grandes consumidores comprem direto da Petrobras e as distribuidoras paulistas prometem fazer o mesmo, informou Laudorio.

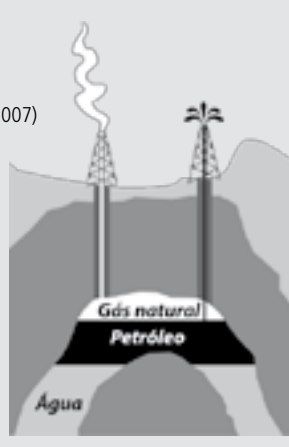
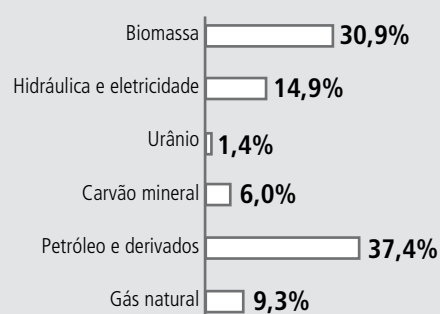
Uma das principais críticas da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) ao relatório de

Jarbas é justamente a vedação à importação direta pelos usuários de maior porte.

– Importar e entregar para a distribuidora estadual pode aumentar o preço entre 20% e 40% – estimou Ricardo Lima, presidente da Abrace, que, ao lado da Petrobras e de entidades ligadas à indústria, vem pressionando para manter o texto aprovado na Câmara.

### Energia no Brasil

Gás natural já representa quase 10% da matriz energética nacional (dados de 2007)



Fonte: Ministério de Minas e Energia

## STF decidiu inicialmente a favor da distribuição pelos estados

O conflito entre União e estados sobre a competência na distribuição do gás natural já chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). O caso envolve o fornecimento direto de gás pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBC), controlada pela Gaspetro, subsidiária da Petrobras, a uma usina de liquefação do produto da White Martins, em Paulínia, no interior de São Paulo.

O órgão de fiscalização do estado de São Paulo, a Comissão de Serviços Públicos de Energia, multou as empresas por fazerem a transação diretamente e elas recorreram à Justiça. Como a primeira instância alegou incompetência para julgar o conflito federativo, a questão foi remetida ao Supremo.

No STF a ministra Carmem Lúcia deu um despacho favorável aos estados, mas provisorio. A ministra determinou

a suspensão do processo na Justiça Federal e reconheceu que o fornecimento direto pelo transportador de gás a grandes consumidores, nesse caso a White Martins, atenta contra a competência estadual de organizar e prestar, por meio de suas distribuidoras ou por concessão, os serviços locais de gás canalizado. Assim, enquanto permanecer essa decisão da ministra, a Petrobras não poderá fornecer gás direto para a empresa.

O que está em julgamento é a interpretação do artigo 25, parágrafo 2º, da Constituição federal, que atribui aos estados a prestação dos serviços públicos de gás canalizado.

A União detém constitucionalmente o monopólio do transporte do produto. E questiona qual seria a competência dos estados na área de distribuição de gás.

## Pré-sal e Itaipu em debate

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o presidente da Petrobras, José Gabrielli, e o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, serão chamados a falar em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre a descoberta e expectativa de produção das novas jazidas de petróleo na camada pré-sal do litoral brasileiro.

O assunto ganhou destaque após declarações do presidente Lula defendendo a aplicação dos recursos obtidos com a exploração de óleo da camada pré-sal no combate à pobreza e à melhoria da educação no país. Estudos da Petrobras indicam a existência de grandes reservas de petróleo de excelente qualidade em grande profundidade abaixo do leito do mar, entre o Espírito Santo e Santa Catarina. As novas jazidas foram

anunciadas pelo governo em novembro de 2007, inicialmente na Bacia de Santos. Posteriormente, a Petrobras apontou a possibilidade de existirem reservatórios ao longo da costa. Se as previsões forem confirmadas, a exploração desses reservatórios poderá colocar o país entre os maiores produtores de petróleo.

A comissão também decidiu convidar Edison Lobão para discutir os tratados de distribuição de energia firmados entre Brasil e Paraguai referentes à usina

Itaipu Binacional. A hidrelétrica está localizada na fronteira entre os dois países, e o recém-empossado presidente paraguaio, Fernando Lugo, defende o aumento da tarifa da energia que o Paraguai vende ao Brasil. Serão convidados também o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, e o presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes.

**Presidente da CI, senador Marconi Perillo pediu as audiências**



Marconi Perillo (D), ao lado de Valter Pereira, quer discutir exploração do petróleo da camada pré-sal com o ministro das Minas e Energia



## internacional



Garibaldi Alves (D) recebe em seu gabinete o juiz espanhol (C), acompanhado do senador Eduardo Suplicy

## Baltasar Garzón diz que anistia tem limitações

Em visita ao Senado, juiz espanhol defende punição para os “crimes de lesa-humanidade” cometidos por regimes ditatoriais em todo o mundo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu na terça-feira o juiz espanhol Baltasar Garzón, que em 1998 pediu a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet. Ao deixar o Senado, Garzón declarou que uma lei de anistia não pode impedir a investigação de “crimes de lesa-humanidade”.

Para o juiz, os crimes cometidos por agentes públicos durante regimes ditatoriais não podem prescrever e suas vítimas “são universais”. Baltasar Garzón defende a ação de cortes internacionais nos países que descumprirem a Declaração dos Direitos

Humanos, independentemente de críticas quanto ao desrespeito às suas soberanias.

As declarações do juiz foram dadas após o ministro da Justiça, Tarso Genro, defender a punição dos torturadores do período militar. Recentemente, o Ministério Público Federal pediu que os comandantes do extinto DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) na década de 70 sejam julgados por torturar e assassinar opositores. A opinião gerou descontentamento entre os militares, que acusaram o ministro de tentar rever a Lei

da Anistia, de 1979. O presidente Lula interveio e disse que o assunto estava encerrado.

Essa não é, porém, a doutrina da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

– O Tribunal Europeu de Direitos Humanos diz que esses crimes não são prescritivos. Tanto que Alberto Fujimori, do Peru, está sendo processado. Temos que ser conscientes de que cada país não é único no mundo. Há uma estrutura jurídica internacional – afirmou Garzón, ressaltando que, em uma democracia, qualquer material secreto tem que vir a público.

## Um juiz contra as ditaduras

Nascido em 1955 na Espanha, Baltasar Garzón é juiz da mais alta corte criminal espanhola, a Audiência Nacional. Notabilizou-se ao determinar e efetivar a prisão do ex-presidente do Chile, o ditador Augusto Pinochet, em 1998, em Londres. Formado em Direito pela Universidade de Sevilha, sua carreira é marcada pelo combate ao terrorismo, ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e pela defesa da Corte Penal Internacional.

### Principais casos

- Depois de ter acesso ao relatório da Comissão Chilena da Verdade, que funcionou de 1990 a 1991, Garzón emitiu ordem de prisão contra o ex-presidente Augusto Pinochet, pela morte e tortura de cidadãos espanhóis. Pinochet foi preso na Inglaterra, mas depois conseguiu embarcar para o Chile, onde morreu.

- Nos anos 90, o magistrado iniciou um processo em que acusou de genocídio militares argentinos pelo desaparecimento de espanhóis durante o regime militar naquele país.

- Garzón se manifestou a favor de uma investigação do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, por suposta participação na Operação Condor – aliança político-militar entre os regimes militares da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai) –, montada nos anos 70 com o objetivo

de reprimir os opositores desses regimes.

- Em 2001, ele pediu permissão ao Conselho da Europa para processar o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi, então membro da assembléia parlamentar do conselho.

- O juiz defendeu a punição do presidente do Sudão, Omar Hassan Ahmad Al Bashir, indiciado pela Corte Penal Internacional pelo assassinato de 35 mil pessoas e a fuga de outros 2,5 milhões na região de Darfur.

- Garzón investigou, em 2001, as contas no exterior do conglomerado financeiro BBVA, segundo maior banco espanhol, por suspeita de lavagem de dinheiro.

- Em 2003, mesmo tendo prendido simpatizantes do grupo terrorista Al Qaeda, Garzón manifestou-se contra a guerra do Iraque e criticou os Estados Unidos pela situação dos detidos na base de Guantánamo, em Cuba.



Os ditadores Videla, da Argentina, e Pinochet, do Chile: seus crimes motivaram processos na Espanha

## mercossul

## Para Celso Amorim, prioridade do bloco é dar fim à bitributação

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou na semana passada, na 12ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul (Parlasul), em Montevidéu, no Uruguai, que o fim da dupla cobrança de tarifas de importação entre os países do bloco é prioridade neste semestre em que o Brasil ocupa a presidência *pro tempore* do Mercosul. Segundo ele, a medida facilitará as negociações externas do bloco, como as que ocorrem na Organização Mundial do Comércio (OMC), e abrirá oportunidades para o desenvolvimento integrado das cadeias produtivas regionais.

O chanceler anunciou a definição de um Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias, as diferenças no nível de desenvolvimento dos países do bloco. Ele citou o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que já beneficiou algumas comunidades em áreas como habitação, saneamento, energia, transporte e capacitação tecnológica. Segundo Amorim, há 23 projetos aprovados que somam cerca de US\$ 130 milhões de recursos do Focem. Até o final do ano, informou, as contribuições dos países do Mercosul para o fundo alcançarão US\$ 225 milhões.



Reunidos em Montevidéu para a 12ª Sessão do Parlasul, representantes dos países do Mercosul discutiram questões econômicas, sociais e geopolíticas

### DESENVOLVIMENTO

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a criação de uma agência de desenvolvimento para elaborar projetos que alavanquem recursos nas fontes de financiamento, como o Banco Mundial e o BID.

### ANALFABETISMO

A Comissão de Educação do Parlasul solicitará informações sobre o prazo fixado pelos países do bloco para a erradicação do analfabetismo. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pede empenho para o cumprimento de metas sociais.

### QUARTA FROTA

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) relatou ações que o Senado tomou em relação à reativação da Quarta Frota da Marinha norte-americana e sugeriu que os parlamentos dos demais países do Mercosul também se manifestem sobre o assunto.

### EXPORTAÇÃO

O Parlasul declarou repúdio às dificuldades impostas pela União Européia para o consumo da carne bovina do Mercosul, registrando que a carne é submetida a rigorosas normas sanitárias internacionais, e é própria para ser consumida em qualquer parte do mundo.

### DEFESA

Em 16 de setembro, o Parlasul realizará sessão especial para ouvir o ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a proposta de criação de um sistema de segurança para a América do Sul. O presidente do Parlamento, Dr. Rosinha, adiantou seu apoio à idéia de Jobim.

### DESERTIFICAÇÃO

O Parlasul declarou o compromisso de combater a desertificação. Na declaração, proposta pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), os parlamentares pedem prioridade às iniciativas contra o esse processo, que já atingiria 28% do solo do continente.

### GUIANA E MALVINAS

Aloizio Mercadante sugeriu que o Parlamento do Mercosul se declare favorável a uma “solução pacífica e negociada” para que a Guiana Francesa, que é “departamento ultramarino da França”, e as Ilhas Malvinas, sob domínio britânico, deixem de ser “enclaves coloniais” na América do Sul.



institucional

presidência



Senadores, deputados e convidados participaram dos lançamentos do portal e do CD-ROM da Constituinte de 1988

## Portal e CD-ROM marcam 20 anos da Constituição

O conteúdo dos dois meios eletrônicos são ricos em recursos multimídia e têm adaptação em áudio para permitir o acesso de deficientes visuais

Os 20 anos da Constituição de 1988, a serem completados em 5 de outubro, foram lembrados na semana passada com os lançamentos de um portal na internet e de um CD-ROM com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

O lançamento dos meios eletrônicos foi feito pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, e pelo 1º secretário da Câmara dos Deputados, Osmar Serraglio.

Ao apresentar a nova página ([www.congresso.gov.br/anc88](http://www.congresso.gov.br/anc88)),

a coordenadora do Plenarinho da Câmara, Raquel Mesquita Melo, afirmou que o objetivo da iniciativa é proporcionar à sociedade brasileira acesso democrático ao conteúdo histórico gerado durante a Constituinte de 1987.

Raquel Mesquita explicou que o portal apresenta um conteúdo rico em recursos multimídia e é adaptado em áudio para acesso de deficientes visuais. Além disso, lembrou que a biografia de todos os parlamentares que participaram da criação da chamada

Constituição-Cidadã está documentada no site, com destaque ao perfil de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Estiveram presentes na cerimônia os senadores José Nery (PSOL-PA), Adelmir Santana (DEM-DF), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Tião Viana (PT-AC), os deputados constituintes Mauro Benevides, Ibsen Pinheiro, Affonso Camargo e Rita Camata, e os diretores-gerais do Senado, Agaciél Maia, e da Câmara, Sérgio Sampaio.

### Garibaldi abre Semana Guimarães Rosa no Senado

O presidente Garibaldi Alves Filho abriu na quarta-feira a exposição comemorativa do centenário de nascimento do escritor mineiro João Guimarães Rosa. A mostra integra as comemorações do Ano Cultural Artur da Távola. Também foi lançado o *Dicionário de Guimarães Rosa*, de Luiz Coronel, composto por estudos, avaliações e relatos sobre o universo do escritor mineiro. A exposição, com acervo da Academia Brasileira de Letras (ABL), ficará aberta até esta terça-feira, no Anexo II do Senado.

A homenagem teve a presença da filha do escritor, Vilma Guimarães Rosa, e de parlamentares e alunos do Colégio Setor Leste de Brasília. Na abertura da exposição, o senador e membro da ABL Marco Maciel (DEM-PE) lembrou que o Brasil comemora em 2008 dois centenários – o da morte do escritor Machado de Assis e do nascimento de Guimarães Rosa.

### Procuradora “não tem nada contra senadores”, diz Tuma

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), afirmou que a procuradora federal Luciana Marcelino Martins disse não haver “nada objetivamente, por enquanto, contra senadores” em processo que investiga irregularidades em licitações no Senado. O processo foi aberto há cerca de dois anos, depois de uma operação da Polícia Federal.

– Ela foi clara e disse que existem apenas citações do tipo “eu vou conversar com fulano, pedir para beltrano resolver”. Ela acredita que foi mais uma força de convencimento em favor de alguma empresa participante da concorrência – disse Romeu Tuma, após se reunir com o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

O corregedor também pretende conversar com o juiz responsável pelo processo, José Airton de Aguiar Portela, da 12ª Vara do Tribunal Regional Federal (TRF).

### Garibaldi diz que Congresso deve ter projeto próprio de reforma política

O presidente Garibaldi Alves Filho afirmou que o Congresso deve ter seu próprio projeto de reforma política e que deve discuti-lo junto com a proposta que o governo poderá enviar aos parlamentares.

– É claro que os deputados e senadores devem discutir o projeto do governo, mas não podem ficar só nele. Devem também discutir o projeto dos congressistas – assinalou.

Garibaldi discorda da afirmação de que o Congresso estaria “andando a reboque”

do Judiciário, por causa do fato de o Senado ainda estar votando projeto que limita o emprego de algemas pela polícia quando o Supremo Tribunal Federal já fixou normas para a situação.

– O Congresso, aqui ou acolá, tem se omitido, mas tem legislado, a despeito das medidas provisórias. Tem procurado cumprir o seu dever. O problema é que o Legislativo precisa se afirmar a todo momento, pois está a todo instante prestando contas à opinião pública – ressaltou o presidente.

### Senado levantará casos de nepotismo

Garibaldi Alves surpreendeu-se com a abrangência da decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir o nepotismo nos três Poderes da União. Com a decisão, será possível denunciar a nomeação de parentes para cargos da administração pública direta e indireta.

– Vamos aguardar os desdobramentos, a fim de saber como se deve proceder para cumprir a súmula que será publicada. Eu vou ter de

dispensar um parente meu, que trabalha no gabinete, mas não sei quanto à repercussão da súmula em outros gabinetes de senadores.

Garibaldi disse que será feito um levantamento sobre a contratação de parentes de parlamentares, para que se cumpra a decisão, que ele não considera “rigorosa”.

– Pensei que a decisão atingiria aqueles que tinham parentes no Judiciário, e não nos outros Poderes.

#### KITS EM BRAILLE NA BIENAL

Mizael Conrado, campeão paraolímpico de Atenas e eleito duas vezes o melhor jogador de futebol de salão do mundo, nasceu cego. O Centro de Emancipação Social e Esportiva de Cegos (Cesec), em São Paulo, foi o primeiro clube que defendeu. Anos depois, tornou-se presidente daquela instituição. O Cesec é uma das entidades que receberam a coleção em braille do Senado, entregue pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP) no estande da 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo. O kit contém exemplares da Constituição de São Paulo, da Lei de Doação de Órgãos, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor.

#### CURSOS A DISTÂNCIA

O Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo) oferece neste semestre 14 cursos a distância gratuitos para capacitação em áreas diversas. Todos os cursos visam facilitar o processo de integração e modernização do Poder Legislativo federal, estadual e municipal. Na primeira semana, 3.500 alunos se inscreveram pela internet.

#### RECURSOS HÍDRICOS

Em painel internacional sobre o tema, organizado pelo Interlegis e transmitido em videoconferência para várias assembleias legislativas do país, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Herman de Vasconcelos e Benjamin disse que o Brasil possui uma legislação moderna quanto ao uso da água, que ainda não “saiu do papel”.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudía Lyra

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Helival Rios  
**Direção de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

#### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920



## programação

# Na TV Senado, o vício que mata 200 mil brasileiros a cada ano

TV Senado produziu uma série de reportagens que mostra desde a plantação do fumo até o paciente terminal. Somente o SUS gasta mais de R\$ 400 milhões anualmente com doenças ligadas ao tabagismo

O programa *Inclusão*, da TV Senado, chama a atenção para um vício que tem tirado a vida de 200 mil brasileiros por ano: o tabagismo. Considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) uma epidemia mundial, o fumo é a principal causa de morte evitável no mundo e está associado a 90% dos casos de câncer de pulmão.

O fumo causa também prejuízos ao Sistema Único de Saúde (SUS): mais de R\$ 400 milhões são gastos por ano no tratamento de tumores provocados pelo tabaco. No Brasil, são 30 milhões de dependentes.

O *Inclusão* produziu uma série de reportagens para mostrar o processo que leva milhões de pessoas ao vício e à morte, desde a plantação do fumo ao paciente terminal; o alerta de médicos e especialistas no combate ao tabagismo e na prevenção de doenças; a importância das campanhas educativas em escolas para afastar o jovem do cigarro; o trabalho voluntário, desenvolvido por equipes de saúde, para ajudar os dependentes a abandonarem o vício; o atendimento hospitalar pelo SUS; e o trabalho do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

O programa vai ao ar no sábado, às 11h30 e 22h30, e no domingo, às 9h e 17h.



APU GOMES/FOLHA IMAGEM

Cerca de 30 milhões de brasileiros são dependentes do cigarro, principal causa de morte evitável em todo o mundo e de 90% dos casos de câncer de pulmão

## Mário Gil, um dos novos da música brasileira

O programa *Espaço Cultural*, que a TV Senado leva ao ar no sábado, às 24h, e domingo, às 14h30, apresenta o mineiro radicado em São Paulo Mário Gil. Músico de formação erudita e vencedor, como violonista, do 2º Concurso de Seleção de Jovens Instrumentistas da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, lançou em 1993 seu primeiro disco, *Luz do cais*.

Dono de uma linguagem que funde simplicidade e sofisticação, Mário começa a ser reconhecido entre os novos autores da música brasileira. Diversas de suas músicas foram gravadas por cantores da nova geração, como Mônica Salmaso, Renato Braz e Consuelo de Paula.

## Uma nova estatal para o petróleo?

O governo estuda a possibilidade de criar uma nova estatal para cuidar das reservas de petróleo da camada pré-sal ainda não leiloadas. Também cogita instituir um fundo soberano para gerir a receita proveniente dos lucros da extração do combustível dessa camada profunda do solo marinho.

O polêmico assunto será discutido no *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar nesta segunda-feira, às 12h.

## Fique por Dentro da Lei: orientação jurídica

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região, que engloba o Distrito Federal e o Tocantins, lançou o "Cidadania e Justiça", projeto para levar informação jurídica a comunidades carentes. A idéia é que os magistrados dêem palestras sobre direito de família, direito do consumidor e, principalmente, legislação trabalhista.

Esse é o assunto do *Fique por Dentro da Lei*, que vai ao ar nesta terça-feira, às 8h30, pela Rádio Senado. A conversa é com o juiz do trabalho José Ribamar Lima Júnior, presidente da associação. Ele fala também sobre o funcionamento da Justiça trabalhista. O juiz esclarece questões legais e orienta os ouvintes que entraram em contato com o programa.



### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional  
Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
DOMINGO  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo  
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).  
ANTENA PARABÓLICA  
Sistema analógico: Satélite - B1  
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical  
Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

### Como sintonizar

FM  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
ONDAS CURTAS  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
ANTENA PARABÓLICA  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2



## voz do leitor

## Segurança na internet

"Pela primeira vez, o Senado Federal está trabalhando no sentido de aumentar a segurança na internet. Ninguém agüenta mais crimes contra o sistema bancário, pirataria e pedofilia. Portanto, parabênzinhos aos senadores que estão trabalhando com seriedade na CPI, que aprovou o requerimento solicitando informações ao UOL sobre pedófilos e ao Google. É importante a criação de leis para democratizar e oferecer segurança ao usuário."

**Elias Cavalheiro Villar, do Rio de Janeiro (RJ)**

## Consumidor

"Proponho um projeto de lei que crie a Agência Nacional de Consumidores (Anacon), um órgão representante e regulador dos direitos do consumidor. Caberia à agência intervir nas negociações tarifárias e mutuárias dos serviços públicos diretos e concessionários perante as demais agências reguladoras, como a Anatel, Aneel, Anvisa, Antaq e ANA, e os ministérios das Comunicações, Justiça e Fazenda – além da Receita Federal."

**Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)**

## Polícia no Maranhão

"Solicito a atenção dos senadores do Maranhão, Roseana Sarney, Epitácio Cafeteira e Edison Lobão Filho, no sentido de verificar junto ao Ministério da Justiça a possibilidade de instalação de um posto da polícia rodoviária federal na BR-226, entre os municípios maranhenses de Barra do Corda e Grajaú, cuja distância é de aproximadamente 100 km. Trata-se de uma região indígena, marcada por constantes conflitos. A situação se agrava devido ao grande fluxo de veículos ao longo da rodovia, sem que haja qualquer fiscalização. A criação de um posto da PRF nesse trecho certamente contribuirá para a manutenção da ordem, além de ser fundamental para que

essa população possa viver com dignidade e segurança."

**Gildásio Brito dos Santos, de Barra do Corda (MA)**

## Lei Seca

"Louvamos o senador Geraldo Mesquita Júnior, autor do projeto de lei (PLS 182/03) que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão em benefício da melhor qualidade de vida para todos os brasileiros. Queremos urgência na aprovação da lei. Pedimos também ao Senado um projeto de lei tornando obrigatório que os comandos de trânsito tenham aparelhos bafômetros em todas as viaturas policiais e que todos os motoristas sejam obrigados a fazer o teste para apurar se estão ou não embriagados. Já tivemos mais de 57% de diminuição das mortes de trânsito e com a nova lei aprovada, proibindo a propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na TV, teremos ainda mais resultados positivos."

**João Cordeiro, de Santos (SP)**

## Sociologia e Filosofia

"Quero agradecer o empenho dos senadores em aprovar a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Sociologia e Filosofia em todo o Brasil. Agora esperamos que os professores que irão ministrar as disciplinas sejam profissionais da área, para que se possa ter uma educação de qualidade no país."

**Vicente, de Belém (PA)**

## Amazônia

"Preocupo-me com a Amazônia, não sou o único. Mas isso não me consola. Vejo que tudo desanda por lá: é gado devastando a floresta, laranjas comprando terras para estrangeiros... Que loucura é essa? Receio que um dia o jornal me revele que essa riqueza considerada pulmão do mundo respire em outra pátria ou nos cobrem para usufruirmos dela."

**Inocêncio de Melo Filho, de Sobral (CE)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## frases



Não podemos deixar de reconhecer que há um fracasso anunciado na participação brasileira em Pequim

**Alvaro Dias**, que atribuiu as frustrações do país nas Olimpíadas à ausência de uma política governamental para esportes.

Não foi um fracasso. Foi uma derrota para a Argentina

**Garibaldi Alves**, que pediu "uma segunda chance" para o técnico Dunga, após o Brasil ter perdido por 3 a 0 para a Argentina.



JANE ARAUJO

[...] os Poderes Executivo e Legislativo continuam sendo o abrigo para essa prática danosa que permite que parentes das autoridades [...] continuem a sangrar os cofres públicos com sua contratação para lhes prestar serviço e, muitas vezes, nem sequer aparecer no trabalho e cumprir a sua obrigação

**José Nery**, ao elogiar a súmula aprovada pelo Supremo, com regras contra a prática do nepotismo nos três Poderes da União.

Estou perplexo. Por que a Polícia Federal não algema ninguém do PT?

**Mão Santa**, ao comentar denúncia de corrupção envolvendo o governador, secretários estaduais e políticos piauienses do PT.

A intenção é acabar com a pirotecnia em torno das operações de prisão

**Antônio Carlos Valadares**, sobre proposta aprovada na CCJ que define os casos de abuso no uso de algemas pela polícia.

Em ano eleitoral, o direcionamento [dos programas sociais] afeta o pleito e os candidatos disputam as eleições sem igualdade de condições

**Flexa Ribeiro**, condenando o uso da máquina pública nas eleições municipais.

[A proposta] tem cunho ideológico e representa o restabelecimento parcial do monopólio estatal que no passado pertencia à Petrobras, o que significa um enorme retrocesso em um setor onde os resultados têm sido tão auspiciosos

**Francisco Dornelles**, sobre a criação de uma nova estatal para explorar as reservas de petróleo do pré-sal.

Os filhos, façam-me o favor, não pediram para nascer; são a maior herança e a derradeira paixão de nossas vidas

**Geovani Borges**, em apoio à decisão do STF, de que filhos com mais de 18 anos que ainda precisem da ajuda dos pais têm direito a pensão alimentícia.

Na Itália, se alguém assobiar o hino fascista, vai para a cadeia. Na Alemanha, se alguém disser 'Heil, Hitler', fica três anos preso. Na China, o comunismo de Mao passou e acabou. Na Rússia, se ensina o comunismo como fato histórico, apenas. E no Brasil há escolas que ensinam o comunismo

**Gerson Camata**, defendendo a criação de um grupo de trabalho no Congresso para avaliar os livros didáticos.



## pergunte ao senador

## Descobertas da Petrobras alimentam novas pressões

"A presença da Quarta Frota da Marinha americana em mares da América do Sul é uma ameaça à soberania da Amazônia e dos povos desse continente?"

**Eliel Feitosa da Silva, de Brasília (DF)**

O senador **Wellington Salgado (PMDB-MG)** responde:

Acho que devemos estar sempre preocupados com iniciativas que possam colocar em risco a soberania do nosso país, seja na Amazônia ou, agora, no caso do petróleo. Neste momento estamos vivenciando pressões que chegam de fora, em especial pelo fato das novas descobertas feitas pela Petrobras em águas territoriais brasileiras.

O petróleo é algo fundamental para a economia mundial e o Brasil, com as novas descobertas, poderá se transformar num dos maiores produtores do mundo.

Nesse caso, os Estados Unidos, país que se acha o "xerife do mundo", decide reativar a sua Quarta Frota para acompanhar de perto as novidades que estão ocorrendo.

No Senado Federal, temos levantado a nossa preocupação e a Comissão de Relações Exteriores já decidiu enviar

uma carta, assinada por diversos senadores, aos dois candidatos à Presidência dos Estados Unidos: Barak Obama e John McCain.

A carta vai externar a nossa preocupação com a recriação da Quarta Frota da Marinha de guerra norte-americana e os objetivos de suas incursões na América do Sul.



GERALDO MAGELA



# Lixo de casa deve ser separado para reciclagem

**A** crescentes produção de lixo faz aumentar também as preocupações quanto ao destino dos resíduos. A reciclagem aparece nesse cenário para minimizar o problema. O tema, já abordado pelo *Especial Cidadania* em uma de suas primeiras edições (nº 23, de 29/3/2004), volta a essas páginas com sugestões para incrementar o número de materiais reaproveitados, diminuindo a poluição e, por consequência, o tão temido aquecimento global. Saiba nesta edição que materiais podem ser reciclados e como prepará-los para coleta.

## Apenas 405 cidades do país têm coleta seletiva

No Brasil, a população aos poucos se conscientiza e o índice de reciclagem de materiais cresce a cada dia – sobretudo quando o material é alumínio e garrafas PET.

No entanto, os programas de coleta seletiva – sistema de recolhimento de materiais recicláveis

previamente separados na fonte geradora que são vendidos às indústrias recicladoras ou aos sucateiros – funcionam em somente 405 municípios do país, de acordo com dados da associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre).

## Saiba o que não enviar para a reciclagem

### Papel

Etiqueta adesiva; papel-carbono; fita crepe; papéis sanitários; papéis metalizados, parafinados e plastificados; guardanapos; pontas de cigarro; fotografias e papéis sujos.

### Metal

Esponjas de aço e cano.

### Vidro

Espelhos, vidros planos, lâmpadas, cerâmica e porcelana.

### Plástico

Cabo de panela, tomadas, embalagem de biscoito e salgadinho, e misturas de papel, plásticos e metais.

Para quem deseja localizar empresas de reciclagem, uma boa ajuda é o levantamento realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RJ) e o Cempre – o Mapa da Reciclagem no Brasil –, que traz empresas atuando neste ramo em todo o país. O banco de dados permite a consulta por atividade – sucateiro, reciclador ou cooperativa –, material reciclado e localização geográfica (veja na seção *Saiba Mais*).

## Veja como preparar o lixo para coleta

Muitas pessoas se perguntam como agir para destinar o lixo doméstico à reciclagem mesmo sem contar com programas de coleta. A primeira coisa é saber o que separar.

### • Papel

Jornais, revistas, folhas de escritório, caixas, papelão etc.

### • Vidro

Garrafas, copos, recipientes.

### • Metal

Latas de aço e de alumínio, cliques, grampos de papel e de cabelo, papel-alumínio.

### • Plástico

Garrafas de refrigerantes e água, copos, canos, embalagens de material de limpeza e de alimentos, sacos.

Antes de guardar esses materiais, é preciso retirar os resíduos e deixá-los secar naturalmente. Para facilitar

o armazenamento, você pode diminuir o volume das embalagens de plástico e alumínio amassando-as, além de desmontar as caixas. Depois da separação, os materiais podem ser encaminhados aos catadores de rua autônomos, cooperativas de catadores e associações de moradores envolvidas com reciclagem, além de sucateiros, no caso de grandes quantidades.

Mesmo que os materiais não sejam separados de forma tão específica nem destinados à reciclagem por meio dessas entidades, é possível começar a fazer a separação do lixo orgânico daquele que pode ser reciclado adotando duas lixeiras dentro de casa.

Essa medida ajuda os catadores que trabalham nos lixões a aproveitar melhor o material que ali chega e conseguir um bom preço por ele, além de aumentar a quantidade do que será reciclado, diminuindo o volume de lixo produzido. Os sacos de lixo com os materiais – todos limpos e secos – devem estar bem fechados e não conter furos.

## Adote você também a política dos três “R”

A política dos 3 Rs – Reduzir, Reutilizar e Reciclar resíduos – é um conjunto de medidas introduzido pela Eco-92, a primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. As ações são válidas tanto para pessoas comuns quanto para empresas.

- Recuse as embalagens oferecidas no comércio, levando sua própria sacola (de pano, por exemplo) para trazer suas compras para casa.
- Se levar sacos plásticos de supermercado para casa, reutilize-os como sacos de lixo, mas com moderação (lembre-se que a decomposição leva mais de cem anos).
- Escolha produtos com pouca embalagem ou com aquelas que são reutilizáveis, como potes e vidros.
- Evite o uso frequente de produtos descartáveis como pratos, garfos, copos e talheres.

- No trabalho, use somente um copo plástico por dia ou traga sua caneca de casa.
- Em casa, prefira usar guardanapos, toalhas e filtros de pano aos de papel.
- Use os dois lados da folha de papel para escrever ou fazer rascunho. Se precisar imprimir, faça uma revisão prévia dos textos na tela do computador.
- Prefira produtos reciclados.
- Não jogue no lixo baterias de celular, lâmpadas, restos de tinta ou produtos químicos. Em caso de dúvidas de descarte, ligue para o serviço de atendimento do fabricante.
- As pilhas de uso comum já podem ser descartadas no lixo de casa, mas observe as instruções de descarte na embalagem.
- Aproveite as partes dos alimentos geralmente jogadas no lixo, como talos, folhas, sementes e cascas.
- Reutilize o óleo de cozinha para fazer sabão ou separe o produto em potes ou garrafas e entregue a associações que façam a reciclagem.

### Receita

### Sabão feito com óleo de cozinha usado

#### Material

- 5 litros de óleo de cozinha usado
- 2 litros de água
- 200 mililitros de amaciante
- 1 quilo de soda cáustica em escama

#### Preparo

- Coloque a soda em escamas no fundo de um balde, com cuidado
- Coloque, cuidadosamente, a água fervendo
- Mexa até diluir todas as escamas da soda
- Adicione o óleo e mexa
- Adicione o amaciante e mexa novamente
- Jogue a mistura numa fôrma e espere secar
- Corte o sabão em barras

**Atenção:** a soda cáustica pode causar queimaduras. O ideal é usar luvas e utensílios de madeira ou plástico para preparar a mistura e esperar por 60 dias para usar o sabão.

## Projetos de lei

PLS 169/08, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos por empresas recicladoras, cooperativas e associações, para emprego exclusivo em reciclagem. A proposta recebeu parecer favorável na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PLS 112/08, do senador Paulo Paim (PT-RS) – Determina que o poder público priorize a compra de papel reciclado. Aprovada pela CMA, a proposta irá agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

PLS 612/07, do senador Renato Casagrande (PSB-ES) – Trata do uso de papel reciclado nos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação. A proposta aguarda parecer na CMA e segue também para a Comissão de Educação (CE).

### Saiba mais

Cempre – Compromisso Empresarial para Reciclagem  
Rua Bento de Andrade, 126 – Jardim Paulista  
São Paulo (SP) – CEP 04503-000  
(11) 3889-7806  
[cempre@cempre.org.br](mailto:cempre@cempre.org.br)

Recicloteca – Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente  
Rua Paissandu, 362 – Laranjeiras  
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 22210-080  
(21) 2552-6393/2551-6215  
[consulta@recicloteca.org.br](mailto:consulta@recicloteca.org.br)

[www.cempre.org.br](http://www.cempre.org.br) (para acesso ao Mapa da Reciclagem no Brasil)  
[www.mesabrasil.sesc.com.br](http://www.mesabrasil.sesc.com.br) (para cartilha com receitas que aproveitam integralmente os alimentos)  
[www.bracelpa.org.br/brasaibamais/reciclado](http://www.bracelpa.org.br/brasaibamais/reciclado) (para aprender a fazer papel reciclado)